20/09/2019 CEPS / UFPA

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS EDITAL Nº 3B/2019 COPERPS UFPA PROCESSO SELETIVO ESPECIAL - PSE 2020-1 (QUILOMBOLAS)

## FICHA DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO



INSCRIÇÃO: 580821
NOME: ANA MARIA RODRIGUES QUARESMA
<b>RG</b> : 7223395
<b>DEFERIDO</b> (Preencher completamente um dos campos abaixo; não marcar com x):
Sim
Não 🗌
Conservações ————————————————————————————————————
.000
Avalfador 1
l Ava fador 1
China -
Avaliador 2
Belém 26 de Setaulos de 20 19

<u>VOLTAR</u>



## ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTE DE QUILOMBO DAS ILHAS DE ABAETETUBA CNPJ: 04.712.322/0001-14

## DECLAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTINICO

Nos	abaixo a	ssinados I	iderança da ass	ociação qui	ilombola	acima; i	identifica	da localiza	ado
na	zona	rural d	e Abaetetuba	Estado	do	Pará,	CEP	68.440-0	00.
Decla	aramos p	ara os	devidos fins	de DRIGO	direito	que QUA,	o (i	a) estudan M H	te
RG_2	1223 206	3395	e	26.067	1831	2-23	3_r	ascido	(a)
em∡	J-DO	1/338 1/30XI	ACCI RUG	· /1			-	iilombola ires e a	
contr	ibuindo c	omo				layou	Tarring		na
referi	da comu	nidade.							
Estar	nos cien	tes de qu	e, em caso de	falsidade	ideológic	ca, ficare	emos su	jeitos (a)	as
sans	čes preso	critas no pe	enal e as demais	cominaçõe	s legais	aplicáve	is.		
	Ğ	HOM H	liba 30 de 1 loc le la dilson da Conceiça			de 20_j	19. 10 lb		
			RG: 1760043	- Coordenad CPF: 141 8		3			
		Ende	ereço: Comunidad				D		
PF-141.8	rào C. C. da Co 190.202- <del>06</del> 8-20	19	Esmelino Coordenador RG: 2032386 ndereço: Comunid	CPF: 639.40	e Cultura 05.582-49	Ð		-	
		Ende			nio. 35.462-00		ASSOCIAÇÃI CUILOMBO	DAS COMUNIDADI DAS ILHAS DE AB Jaidi Parente, 2	22/0001-1 ES REMANESCENTE EAETETUBA - ARCI 758- São Lourer Abaetetuba-PA

Decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - falsidade ideológica - Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.